

ARTIGOS

A Escola Militar do Ceará

Práticas pedagógicas e cotidiano estudantil (1889-1898)

JANOTE PIRES MARQUES*

A Escola Militar trouxe para o Ceará senão todo o elemento da nossa vida literária, ao menos um prurido de atividade mental: revistas, agremiações literárias, opúsculos, etc. A convivência de alguns rapazes de talento foi certamente um bom estímulo para a mocidade cearense, tradicionalmente propensa a fundar jornais, fazer poesias e cultivar as letras, enfim.

(Rodrigues de Carvalho apud BARREIRA, 1948, p. 261)

Considerações iniciais

A Escola Militar do Ceará (EMC) iniciou suas atividades letivas no dia 1º de maio de 1889. Com sede em Fortaleza, esse estabelecimento de ensino militar tinha como objetivo principal formar oficiais do Exército. Seus alunos, também chamados de “cadetes”, tinham origem social variada e vinham de diversas províncias / estados do Brasil (MARQUES e KLEIN FILHO, 2007).

Inicialmente, a EMC funcionou na ala oeste do edifício hoje ocupado pela 10ª Região Militar, fazendo fronteira com o Passeio Público. Em 1892, a Escola foi transferida para o chamado “Casarão do Outeiro” (atual Colégio Militar de Fortaleza) retornando, três anos depois, para a antiga sede (RIEDEL, 1989).

A criação de uma Escola Militar na capital da província gerou as melhores expectativas na sociedade fortalezense. De certa forma, era

* Professor do Colégio Militar de Fortaleza (CMF). Pesquisador da História da Educação Militar. Mestre em História pela UFC.

mais uma marca do “progresso” de Fortaleza, num tempo em que a cidade encontrava “modernidade” em novidades como bondes de tração animal, iluminação (a gás carbono) de alguns logradouros, jornais, clubes de lazer, entidades intelectuais, colégios (para rapazes e para moças), fábricas de tecidos, caixas postais, estradas de ferro, telégrafo, telefone, Passeio Público, entre outros sinais do “fluxo modernizador”.¹

Esse “progresso” na Fortaleza de fins do século XIX por vezes foi liderado por uma corrente política e ideológica afinada com os positivistas militares, o que ganhou relevo com a proclamação da República, em 1889. Segundo Almir Leal de Oliveira (2001, p. 238), essa aproximação ficou evidenciada, por exemplo, com o culto cívico à memória do general Tibúrcio Ferreira de Souza, que representava o “soldado-cidadão, responsável por uma missão científico-civilizatória”.

Importa destacar o final do século XIX como tempo de muitas transformações políticas e sociais no Ceará e no Brasil, o que certamente afetou alunos e professores da Escola Militar. Esses *sujeitos* participaram intensamente dos acontecimentos do período. Os alunos, por exemplo, criaram jornais, revistas literárias, participaram de revoltas, envolveram-se em polêmicas na cidade e, segundo José Aurélio Saraiva Câmara (1959) tiveram atuação decisiva na derrubada do antiflorianista e presidente (do estado) Clarindo de Queiroz.

Em 1898, a EMC foi extinta. Ainda não se conhecem direito as causas. Entretanto, existem indícios apontando como um dos principais motivos as constantes transgressões cometidas pelos alunos, dentro e fora da Escola Militar do Ceará que, segundo João Brígido (*apud* Menezes, 1977, p. 67), era “instituição nociva à paz pública” e desapareceu “em meio a maldições”.

Diante dessas considerações iniciais, é possível pensar na Escola Militar como importante tema de estudo, seja no campo das sociabilidades dos alunos, seja no campo das práticas pedagógicas que, no caso da EMC, refletiam um Exército em busca de um modelo para a formação de seus quadros. Este artigo, portanto, tem como objetivo expor resultados

¹ Sobre a cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX, ver textos de Sebastião Rogério Ponte (*A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*) e de Celeste Cordeiro (*O Ceará na segunda metade do século XIX*). In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**, 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

de pesquisa em andamento sobre a Escola Militar do Ceará, suas práticas pedagógicas e o cotidiano estudantil dentro e fora do espaço da EMC.

Escolas Militares do Exército no final do século XIX – práticas pedagógicas

Segundo autores que estudaram a Escola Militar do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1985; CASTRO, 1995; MACCANN, 2009) e a Escola Militar de Porto Alegre (MEDEIROS, 1992), havia nesses estabelecimentos de ensino, em fins do século XIX, uma grande discordância quanto ao tipo de saber a ser construído: científico (baseado nas sete ciências comtistas) ou militar (baseado na profissionalização para a guerra).

Ao longo da segunda metade do século XIX, ocorreram muitas reformas educacionais no Exército, tentando equalizar o ensino científico (teórico) e o militar (prático) nos currículos das Escolas Militares. Essas propostas e suas práticas pedagógicas eram transpassadas pelas relações conflituosas entre “bacharéis” (oficiais formados pelas Escolas Militares) e “tarimbeiros” (oficiais cuja formação era baseada na experiência militar), influenciadas, por sua vez, por um contexto histórico marcado por conflitos externos, como a Guerra do Paraguai, e internos, como a Questão Militar. De acordo com Jehovah Motta (1998, p. 175), essa dosagem entre o saber científico e o saber militar foi “a grande questão sempre levantada e nunca resolvida pela Academia militar em mais de cem anos de vida”.

Analisando o regulamento que reorganizou as escolas militares do Exército, no início da República, incluindo-se nesse rol a Escola Militar do Ceará, nota-se o predomínio do saber “científico”. A ideia de soldado como um cidadão armado e com um “dever social” é marcante, ficando esse regulamento conhecido como “Regulamento Benjamin Constant” devido à influência do Ministro da Guerra na composição desse estatuto, no qual se defendia a visão do soldado como “cooperador do progresso”. Os artigos desse novo regulamento foram precedidos por uma série de considerações que ressaltavam a importância de uma “súculenta” educação científica:

(...) Considerando que, para perfeita, compreensão deste elevado destino no seio da sociedade, como o mais solido apoio do bem, da moralidade e da felicidade da Pátria, o militar precisa de uma

succulenta e bem dirigida educação científica, que, preparando-o para com proveito tirar toda a vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos affectivos, pela racional expansão de sua intelligencia, a bem conhecer os seus deveres, não só militares como, principalmente, sociaes. (...). (*Decreto nº 330*, 12 abr. 1890, p. 550).

Ora, no caso da Escola Militar do Ceará, um dos reflexos dessa proposta de educação mais teórica do que prática foi a participação dos alunos, nas atividades políticas, como a deposição de Clarindo de Queiroz, em 1892, e também nas atividades literárias cearenses ao longo da década de 1890, fecunda para a história do Ceará. A Academia Cearense de Letras, a Padaria Espiritual e o Centro Literário, entre outros, datam daquele período. Alunos da EMC fundaram várias publicações, como os jornais *Silva Jardim* e *Athleta*; e as revistas *Primeiro de Maio*; *Evolução* e *Pequena Revista*.

Esses cadetes formavam, no dizer de Raimundo Girão (*apud* CORDEIRO, 2004, p. 158), um “viçoso batalhão de intelectuais fardados”. Analisando algumas dessas publicações organizadas pelos alunos, raramente encontramos temas bélicos. Na revista *Primeiro de Maio*², os conteúdos predominantes eram a literatura, a poesia, a filosofia e, também, textos (“Crônica do mês”) que tratavam do cotidiano dos alunos na Escola e na cidade. Aparecem, ainda, comentários sobre as diversas apresentações teatrais dos alunos (fundaram um grupo de teatro denominado “Grêmio Dramático Militar”).

No jornal *Athleta* (Fortaleza, 31 out. 1891), há textos em defesa da ciência, apontando a convicção cientificista presente no pensamento estudantil da época, e textos de apoio à forma de governo republicana, então recentemente adotada no país. Outra publicação de alunos foi a *Revista Evolução*³, com críticas literárias e textos filosóficos. Todas essas publicações, enfim, apontam-nos uma atuação intelectual importante dos alunos da Escola Militar do Ceará. Esses jornais e revistas eram

² Os temas citados referentes a essa publicação decorrem da análise de três números da revista *Primeiro de Maio*, publicados em Fortaleza, em 1891, pertencentes ao Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

³ Era uma revista mensal, publicada em Fortaleza, pela Typographia Universal. O exemplar analisado foi o nº. 2, de 1893, pertencente ao Acervo da BN.

remetidos para o “interior” (cidades do Ceará), “exterior” (outros estados do Brasil) e demais escolas militares do Brasil, como a Escola Militar de Porto Alegre, foco de “desenvolvimento da vida intelectual do Rio Grande” (MEDEIROS, 1992, p. 72-73). Ao que parece, essas permutas contribuíam para a circularidade dessas ideias pelo país e motivavam debates de temas como republicanismo, positivismo e modernidade entre jovens estudantes, fossem eles militares ou civis.

Segundo Jacques Lê Goff (1992, p. 169), “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”. Nesse sentido, o posicionamento dos alunos da Escola Militar os coloca afastados de um passado recente (Brasil monárquico, escravista, agrário) e voltados para um futuro no qual predominariam os ideais republicanos de progresso, incluindo-se aí uma formação científica em detrimento de uma formação militar (profissional) nas escolas militares. Importante destacar que isso afetava as relações de poder dentro do Exército a ponto de haver “denúncias” de oficiais “tarimbeiros” de serem preteridos nas promoções em favorecimento dos “científicos” por que estes tinham o curso superior (MOTTA, 1992; CASTRO, 1995).

De certa forma, portanto, os oficiais constituíam um grupo heterogêneo e seus “projetos”⁴ para negociar sua realidade e para construir uma identidade social eram por vezes distintos. Essas discordâncias e descontentamentos se refletiam nas escolas de formação, como a Escola Militar do Ceará, na qual eram constantes os enfrentamentos entre os alunos (futuros oficiais “científicos”) e a parte *troupier* da oficialidade. Não obstante autores como Oswaldo Riedel (1989) terem apontado haver também instrução militar na EMC, quer-nos parecer que predominou nessa Escola um ensino marcadamente de cunho cientificista.

Cotidiano estudantil na Escola Militar do Ceará – aspecto disciplinar

Levando em conta a grande quantidade de registros de ações consideradas, pela direção da Escola, como atos de transgressão dos

⁴ A noção de “projeto” aparece aqui de acordo com o pensado por Gilberto Velho (*Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992).

alunos, a questão disciplinar se coloca como um dos principais pontos de tensão no cotidiano dos discentes da Escola Militar do Ceará. Essas “transgressões” ocorriam quase que diariamente, como foi o caso envolvendo dois militares do efetivo da Escola: um capitão e um aluno que acabou punido com vinte dias de prisão.

Decio Ontario de Paiva (aluno nº 130).(…) Conforme publicou a ordem do dia Escolar (...) foi preso por 20 dias, pela maneira desatenciosa por que se portou para com um Capitão Oficial de Ordens deste Comando, em um *bond*, não tendo-o cumprimentado, declarando não o ter visto, ficando sentado e fumando, não procurando ao menos desculpar-se dessa falta de dever militar e educação.⁵

De acordo com as normas (regulamentos) militares, o aluno deveria ter se levantado e cumprimentado o capitão. Mas, a questão ia além disso. Era a palavra do capitão contra a do aluno Decio. Pelos costumes militares da época, creditava-se a “verdade” ao militar hierarquicamente superior, no caso, o capitão. Situações como essa nos levam a pensar quais as “táticas” que os alunos criavam coditariamente para sobreviver num mundo marcado por relações sociais bastante hierarquizadas. Ressalte-se que a ideia de “tática” é considerada nesse texto a partir do pensamento de Michel de Certeau (1994). Assim, os alunos, embora ocupando postos de menor hierarquia e estando no papel dos “mais fracos”, nem sempre aceitavam o que era estabelecido nas fronteiras de um determinado lugar (Escola Militar e seus regulamentos) e criavam alternativas para se moverem no sistema estabelecido pelos “mais fortes”, ou seja, aqueles que ocupavam um lugar hierarquicamente superior.

Ao mesmo tempo, assim como na vida política e cultural, a participação desses jovens estudantes na vida social fortalezense foi permeada de tensões e conflitos. Em parte, isso se relacionava com a proposta pedagógica do “soldado-cidadão”, que estimulava um posicionamento intelectualizado, politizado e questionador. Raimundo de Menezes (1977, p. 67-69), na reveladora crônica “Diabruras dos cadetes”, conta-nos que dentro do panorama provinciano de Fortaleza, a Escola Militar proporcionou um crescimento material e intelectual. Mas, escreve

⁵ Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Escola Militar do Ceará (EMC), *Escalas de Alterações de Alunos*, maio, 1897. [As próximas citações com esse tipo de fonte serão referenciadas no texto da seguinte forma: (AHEx, EMC, *Escalas de Alterações*, mês, ano).]

também que os alunos eram “moços estudantes”, vindos de várias regiões do país, morando em “repúblicas” pela cidade, e que à noite “praticavam as estripulias mais incríveis e absurdas”.

Certamente, a diretoria esperava que os alunos da Escola Militar do Ceará primassem pela ordem, hierarquia e disciplina. Mas, verificando a documentação produzida pela EMC percebe-se que esses preceitos ficavam bem mais na teoria dos regulamentos do que no cotidiano estudantil. Veja-se, por exemplo, o ocorrido com o aluno José Afonso Ramos Garcia, excluído do efetivo da Escola por atos considerados de “indisciplina”.

(...) A 6 (de junho) ficou preso para uma averiguação. Excluído a 11 por incluso no artigo 145 do Regulamento dessa Eschola, por ter embriagado-se na noite do 5 do corrente, por ter desacatado um official do Exercito, perturbado o sossego publico, como também, por se achando preso, ter agredido um seu companheiro que o acompanhava. (AHEx, EMC, *Escalas de Alterações*, jun. 1896).

Outro caso que aponta essas “diabruras dos cadetes” foi o do aluno nº. 186, Godofredo da Silva Miranda, acusado de, juntamente com outros companheiros, andar provocando “desordens nas ruas e quebrando as mangas de diversos lampeões da Rua do Seminario (da Prainha)” (AHEx, EMC, *Escalas de Alterações*, maio, 1897). Houve ainda cadetes que quebraram a hierarquia reportando-se diretamente ao alto comando, como o fez o aluno nº 23, Elias Marinho de Albuquerque Uchôa, que acabou “(...) desligado (...) por ter se dirigido com um telegramma com termos inconvenientes ao Exmº Ministro da Guerra declarando ser solidário com os seus collegas da Escola do Rio”. (AHEx, EMC, *Escalas de Alterações*, jun. 1897).

É instigante não apenas o grande número e variedade de transgressões dos alunos da Escola Militar do Ceará, mas, também, o aspecto de que essas transgressões por vezes tinham origem em atos de solidariedade entre os discentes. Para além da análise dos regulamentos a serem cumpridos, é importante pensar sobre os possíveis significados e contextos da “indisciplina” para os alunos e para a direção da Escola Militar, que buscava o controle sobre os alunos, tentando-lhes moldar o pensamento, autoimagem e comportamento. Segundo Erving Goffman (2008), que elencou quartéis e escolas militares entre as instituições totais, ocorreriam nesses locais as “profanações do eu”, num movimento in-

tencional de afastar os novatos (no caso os cadetes) de seu mundo doméstico e controlar-lhes esferas importantes da vida, como o sono, o lazer e o trabalho.

Nas escolas militares, buscava-se criar uma nova identidade social nos cadetes dando-lhes, por exemplo, nome de guerra e número pelos quais passavam a ser reconhecidos, ou mesmo por meio de vários elementos institucionais, como os uniformes, os hinos e os gestos regulamentares. Por outro lado, elementos nãoinstitucionais, como os trotes, as transgressões coletivas e as associações literárias e culturais dos alunos por vezes serviam como instrumentos para contestar essa identidade e mesmo para representarem uma reação intencional de desafiar a diretoria da escola, aproximando-se do que Erving Goffman (2008, p. 61) denomina “tática da intransigência”.

No caso da Escola Militar do Ceará, ao que parece, dois aspectos teriam dificultado o controle institucional sobre os alunos. O primeiro, já tratado aqui, foi a instabilidade do projeto político-pedagógico da educação militar da época, que ora tendia para o ensino profissional, ora para o ensino dito científico, com predominância clara deste último. O segundo aspecto foi que a EMC funcionou, desde o início, sob o regime de externato.

Embora uma parte dos cadetes da EMC pertencesse à “novíssima geração da classe média” cearense, cujo maior desejo de suas famílias era lhes “garantir futuro” (TINHORÃO, 2006, p. 46), a maior parte dos alunos vinha mesmo era de outros estados do país. Ao chegarem a terras desconhecidas, era natural que empreendessem novas relações sociais. Inicialmente, o grupo de referência desses novos alunos passava a ser os outros cadetes da Escola com os quais interagiam intensamente. Entretanto, os alunos não residiam no interior da Escola, mas, em casas (alugadas) ou em “repúblicas” na cidade. Isso dificultava o “disciplinamento” dos alunos pela diretoria e impedia que o conjunto de instalações da EMC fosse plenamente um “operador de adestramento”, no dizer de Michel Foucault (2009, p. 166).

O externato possibilitava aos discentes quebrar o isolamento da caserna e ampliar seu campo de sociabilidades por meio dos contatos com os munícipes o que, muitas vezes, gerava situações um tanto polêmicas. Veja-se o caso do aluno Oscar Maia Wold, que acabou excluído do efetivo da Escola Militar por “falta gravíssima de moralidade”, segundo o artigo 145 do Regulamento de 1890.

A 4 (de maio) ficou preso por 8 dias por ter insultado e offendido a um seu companheiro. Baixou a Enffermaria a 4, sahindo a 10, como incurso no artigo 145 do Regulamento por se embriagar constantemente e insultar os transeuntes em frente de sua casa onde praticava actos de immoralidade como o de andar em deboxe com mulheres prostitutas, e isto com as janellas abertas, consentindo que ellas tomem banho no Pajeú com seus uniformes. (AHEx, EMC, *Escala de Alterações*, jun. 1896).

O registro acima aponta que alugar uma casa gerava espaço para as relações sociais que o aluno poderia escolher ter, o que contribuía para o “descontrole” institucional. Há que se pensar como isso era visto pelo comando (diretoria) da Escola e pela sociedade fortalezense. Na visão do aluno Oscar, permitir que “mulheres prostitutas” tomassem banho no rio Pajeú com o uniforme da Escola Militar, talvez não representasse mais que uma brincadeira. Para o comando da Escola (e, provavelmente, para os munícipes em geral) era “ato de imoralidade”.

É preciso, portanto, considerar esses múltiplos olhares, as tensões entre os discentes e a sociedade fortalezense da época e mesmo a existência de territórios e o exercício de uma territorialidade⁶ por parte dos alunos da EMC, que viviam em casas e “repúblicas” na cidade. Assim, uma questão ainda a ser pensada é a relação entre a Escola Militar do Ceará e a paisagem da cidade, buscando avaliar o impacto da EMC na constituição socioespacial de Fortaleza e quais os territórios ocupados pelos alunos na cidade, nas duas últimas décadas do século XIX.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível perceber que a Escola Militar do Ceará foi de grande importância para a vida cultural e social da cidade de Fortaleza nas últimas décadas do século XIX. A presença dos alunos

⁶ Neste texto, a noção de “território” aparece como segmento do espaço que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social; e a ideia de “territorialidade”, como a forma (ação) de controle do território. Cf. ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião*. Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; SILVA, Elizete Américo e SOUZA, Maria Salete de. *Espaços públicos e territorialidades no centro de Fortaleza*; e SILVA, José Borzacchiello da. *Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral*. In: SILVA, José Borzacchiello da, etc... **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

ou “cadetes” da EMC, como também eram conhecidos, foi marcante a ponto de isso ficar registrado na “cultura popular”, como nos cantos dos congos, que se apresentavam em ruas, praças e terrenos baldios da cidade⁷.

Secretário: Senhor Cadete
Da gola encarnada.
Coro: Não namore a moça
Que ela é casada.
Secretário: Senhor Cadete
Da gola azul.
Coro: Não namore a moça
Que ela é do sul.
Secretário: Senhor Cadete
Da gola amarela.
Coro: Não namore a moça
Que ela é donzela.
Secretário: Senhor Cadete
Da gola bem branca.
Coro: Não namore a moça
Que ela é de França.
Secretário: Senhor Cadete
Da gola bem preta.
Coro: Não namore a moça
Que ela é sujeita.
(BARROSO, 1949, p. 186-188)

Nesses versos de congo, denunciavam-se os “perigos” dos flertes entre as senhoritas da cidade e os cadetes da Escola Militar do Ceará, em cujos uniformes de passeio predominavam o vermelho e o azul. Mas,

⁷ Sobre os congos e outras práticas festivas negras em Fortaleza, ver MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza*. Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009; sobre os desenhos e as cores dos uniformes da Escola Militar, ver: RODRIGUES, J. Wasth. *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Rio de Janeiro/Paris: A & F Ferroud, 1922.

além disso, esses versos também nos dizem que se reconhecia uma identidade de “cadete” (ou de aluno da Escola Militar) na cidade. E esse era um tipo social que circulava entre as mais variadas atividades culturais na cidade, recebia uma “educação científica” e buscava sobreviver num cotidiano escolar marcado por rígidos códigos disciplinares. Nesse processo, estabeleceu relações sociais conflituosas na Escola e na cidade, e dificultou as tentativas institucionais de controle, o que, provavelmente, foi causa importante para a extinção da Escola Militar do Ceará, em abril de 1898.

Fontes

Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Escola Militar do Ceará (EMC), *Escalas de Alterações de Alunos*, 1889 a 1897.

Decreto nº 10.203, de 09 de março de 1889 (Regulamento para as Escolas do Exército). In: **Colleção das Leis do Imperio do Brasil do ano de 1889**. Vol. I. p. 259-309. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Acervo do AHEx.

Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890 (Regulamento que reorganiza o ensino nas Escolas do Exército). In: **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. 4º Fascículo, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 550-599. Acervo do AHEx.

Jornal Athleta, Fortaleza. 31 out. 1891, Anno I, n. 9, quinzenal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista Evolução, Fortaleza: Typographia Universal, Anno I, n. 2, 1893, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista Primeiro de Maio, Fortaleza, Typografia Universal, Anno I, n. 1, jun. 1891, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista Primeiro de Maio, Fortaleza, Typografia Universal, Anno I, n. 2, jul. 1891, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Revista Primeiro de Maio, Fortaleza, Typografia Universal, Anno I, n. 3, ago. 1891, mensal. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Bibliografia

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Tomo 1. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948. (Coleção Instituto do Ceará)

BARROSO, Gustavo. *Ao som da viola*. ed. correta e aumentada. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Um aspecto da tradição militar cearense*. Os estabelecimentos militares de ensino de Fortaleza. RIC, Fortaleza, t. LXXIII (1959): 104-167.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, 2. vol. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985

CASTRO, Celso. *Os militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Coleção Debates; 91).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

McCNANN, Frank. *Soldados da Pátria*. História do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Cia das Letras; Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MARQUES, Janote Pires; KLEIN FILHO, Luciano. *O Casarão do Outeiro*. Memórias e ilustrações. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza*. Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre*. Significado cultural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

MENEZES, Antônio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

MENEZES, Raimundo. *Coisas que o tempo levou*. Crônicas históricas da Fortaleza antiga. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1818-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção General Benício v. 338)

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*. Memória, representação e pensamento social (1887-1914). Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2001.

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. *Contribuição do Exército para o ensino no Ceará*. RIC, Fortaleza, t. CIII (1989), p. 236-250.

RODRIGUES, J. Wasth. *Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Rio de Janeiro/Paris: A & F Ferroud, 1922.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião*. Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

SILVA, José Borzacchiello da, etc...*Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, Euzébio de. *História militar do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950. (Coleção Instituto do Ceará. História do Ceará. Monografia; n.15).

SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*, 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Ed. Fac-similar. Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, APEC, SECULT, 2006.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

